

Appy descarta alíquota de 30% para IVA

Entrevista Segundo o secretário especial, ministro da Fazenda deve dedicar esta semana e a próxima aos entendimentos em torno da reforma tributária

Alíquota do 'IBS em 'hipótese nenhuma' chegará a 30%, diz Appy

Luísa Otta, Jéssica Sant'Ana e Raphael De Castro De Brasília

O secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, afirmou nessa quarta-feira em entrevista ao Valor que a hipótese nenhuma a alíquota do novo imposto sobre Bens e Serviços (IBS) chegará a 30%.

Appy explicou que a alíquota será calibrada para manter a arrecadação nos níveis atuais. Os técnicos estimaram que, para atingir esse objetivo, a alíquota deveria ser de 25%, mas o cenário em que houvesse um só nível de tributação.

No entanto, a proposta em discussão no Congresso estabelece três níveis: uma alíquota padrão, uma equivalente a 50% do padrão, e uma igual a zero. Assim, para manter a conta equilibrada, a alíquota tende a ficar maior do que os 25% inicialmente estimados.

Quanto mais exceder houver na reforma, maior será de ser a alíquota padrão, alertou o secretário. Esse argumento tem sido usado para contrapor pedidos por tratamentos privilegiados que ocorrem no Congresso.

Daqui até a votação da proposta, de tempo de muita negociação, comentou Appy. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que dedicaria esta semana e a próxima aos entendimentos em torno da reforma tributária para o setor de empresas e ao mesmo tempo sinalizar condições para aprovar o texto no plenário da Câmara. Idealmente, em julho.

A resistência de setores que temem aumento de carga tributária, como o de serviços, é uma das grandes frentes de diálogo. A outra envolve Estados e municípios.

A União se propôs a desembolsar R\$ 160 bilhões para permitir que o fim dos incentivos fiscais do Imposto sobre a Circulação de Bens e Serviços (ICMS) ocorra sem prejudicar as empresas beneficiadas e sem motivar ações na Justiça. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: Qual a expectativa do Executivo sobre os próximos passos da reforma?

Bernard Appy: O "timing" da votação e decisão do Congresso Nacional não é do Executivo. O Executivo acompanha as discussões e tenta ajudar para que o desenho construído seja o melhor possível. Pela sinalização do próprio Congresso, a expectativa é votar na próxima semana ou na semana seguinte. Agora será um período de muita negociação para fazer um contrato, mas esse chegue com condições de ser aprovado no plenário.

Valor: Pode ser útil para o país de recessão, em agosto?

Appy: Por enquanto, não trabalhamos com essa hipótese. Valor: Quais são os principais entraves? O ministro vai entrar mais firme nas discussões?

Appy: São os de sempre. Ainda tem algumas questões setoriais sendo discutidas, embora eu acho que o parecer já tenha alcançado um desenho que cria um ambiente favorável à aprovação. E outra são as questões federativas. O ministro [Haddad] de fato pretende entrar diretamente nas negociações. Mas, sempre lembrando que é um trabalho do Congresso. Nosso trabalho é ajudar.

Valor: Os R\$ 160 bilhões que serão aportados pela União para o fundo de compensação para os incentivos fiscais do ICMS serão suficientes ou talvez precise abrir uma negociação em torno desse volume?

Appy: Pelos dados que conhecemos, esse valor deve estar bastante próximo do necessário para viabilizar a convalidação [dos benefícios do ICMS], nos termos

que estão colocados no relatório. Valor: Tem um artigo na PEC que diz que a União compensará eventuais insuficiências. Não corre risco de que cresça muito esse valor?

Appy: A negociação com os Estados exigiu separar o que é recurso do Fundo de Desenvolvimento Regional do que é o Fundo de Compensação de Perdas. Valor: A falta de recursos para os R\$ 160 bilhões colocados devem ser suficientes ou muito próximo do necessário?

Valor: O governador Ronaldo Caiado (União) disse que é insuficiente porque só Goiás concedeu R\$ 15 bilhões por ano de incentivos. Appy: O próprio substitutivo define quando são os benefícios que poderão ter essa compensação. Não são todos. Primeiro: os benefícios que não são industriais não são alcançados. Assim, não haverá necessidade de recursos para compensar benefícios comerciais. Segundo: a própria emenda define critérios. Tem que ser benefício concedido até 30 de maio [de 2023], por prazo certo sob condição, as empresas vão precisar cumprir com as exigências, o ato concessório deverá estar depositado no Confaz. Então existe uma série de requisitos que dão a segurança de que o valor não vai fugir muito daquilo que está previsto.

Valor: Por que esse artigo, então? Appy: É uma precaução. Para dar segurança jurídica para as empresas e ao mesmo tempo sinalizar para os Estados que não são eles que vão pagar a conta.

Valor: O ministro da Fazenda disse que a reforma tributária não vai gerar mais empregos, mais renda e aumentar a chance de reeleição do governador. E tudo será feito de forma transparente, ao contrário do que ocorre hoje, porque não passa pelo Orçamento. A população poderá saber quem está se beneficiando e quanto custa cada emprego gerado por cada benefício.

Valor: Há outra preocupação dos Estados, que é o seguro-receita de desenvolvimento. Qual a posição do governo federal? Appy: Tem um ponto que é muito importante: vocês entenderem: o que temos posição fundamental é o tamanho do aporte da União nos fundos, porque isso tem um custo fiscal. Outras questões, podemos dar nossa opinião, mas a decisão final é do reator, ouvindo os Estados, os municípios. Temos opinião técnica, apreciamos as vantagens e desvantagens, e o relator toma sua decisão. O seguro-receita é uma questão interna aos Estados e municípios.

Valor: Isso poderia diminuir o prazo de transição federal? Appy: É ponto que está em discussão. Na proposta colocada, o seguro-receita é distribuído para os Estados e municípios seguindo o mesmo critério. Na proposta dos Estados, eles separam uma parte para os Estados e outra para os municípios. Tem que entender o impacto disso e mostrar para os parlamentares para que eles possam tomar sua decisão.

Valor: Sabemos que a alíquota não será definida agora, mas há economistas com recio de que as exceções definidas agora farão com que a alíquota fique perto de 30%.

Appy: A alíquota vai ser aquela que manter a carga tributária atual. Depende de vários fatores. Depende de qual será a arrecadação do Imposto Seletivo. De qual será a arrecadação do diferencial de alíquotas para combustíveis fósseis e biocombustíveis, que certamente vai existir, porque a Constituição manda fazer essa diferenciação. Vai depender da regulamentação dos regimes específicos e de como a reforma vai afetar o que a gente chama de compliance gap, que é um indicador técnico de nível de evasão e sonegação. Nossa expectativa é que a reforma reduza o "compliance gap", mas não fundo todas essas variáveis acabaram afetando a alíquota. Agora, posso lhe contar que nas nossas contas, em hipótese nenhuma, chega a 30%. Depende do desenho geral, do "compliance gap", mas tem cenários em que não fica longe dos 25%, não.

Valor: Mas longe quanto? Appy: Tem cenários em que fica perto de 25%. Precisa avaliar esse conjunto de fatores que vai influenciar a alíquota básica.

Valor: Isso não vai constar ainda da lei complementar? Appy: A lei complementar vai definir como serão os regimes específicos, inclusive de combustíveis, que é relevante. A partir daí, com base na lei complementar, o TCU [Tribunal de Contas da União] vai fazer a conta de qual deve ser a alíquota de equilíbrio e o Senado vai adotá-la a partir desses cálculos. A ideia é já ter o sistema rodando no modo piloto em qual precisará ser a alíquota antes, mas só conseguiremos rodar esse teste depois que todos os parâmetros estiverem definidos na lei complementar. Supondo que se aprove a lei complementar em 2024, começa a ser cobrada em 2026 um alíquota de 1%. Mas até antes de 2026 terá a possibilidade de rodar alguns pilotos e ter noção razoável da alíquota.

Valor: Como está a pressão agora para novas exceções? Appy: Já entra a política. A política tem que ser tecnicamente informada de que as exceções têm custo que será repassado para o resto da sociedade.

Valor: O Instituto Pensar Agro (IPA) defende redução de alíquota de 80%, e não apenas 50%, para produtos da cesta básica e produção rural. Há como atender? Appy: A decisão vai ser política, mas a demanda de um setor tem custo para os demais setores.



Appy: O "timing" da votação é decisão do Congresso... A expectativa é voltar na próxima semana ou na seguinte

da Fazenda e o ministro bateu o martelo sobre esse valor.

Valor: Qual modelo de distribuição desses fundos que o Executivo defende?

Appy: Se tiver um critério de repartição em que os Estados tenham um acordo por unanimidade, com certeza da União vai adotar. Se não tiver, teremos que avaliar os prós e contras das opções alternativas. O objetivo é reduzir desigualdades regionais de forma eficiente.

Valor: Os Estados reclamam que os critérios não estão na PEC. Por que há risco de virar uma nova Lei Kandir com insegurança sobre quanto os Estados vão receber?

Appy: Essa avaliação está incorreta. O montante que vai ser aportado está definido de forma clara na PEC. O critério de distribuição é algo que terá que ser definido.

Definido o montante e o critério, não há como não cumprir.

Appy: A transição para os Estados começou só em 2023, mas o aporte do fundo de desenvolvimento terá início em 2025. Por quê?

Appy: Para poder capitalizar o fundo e não deixar todo o cenário para frente, antecipamos [o início dos aportes] para 2025. O recurso ficará guardado no fundo, não será transferido para os Estados. Será gerido pela União para compensar os benefícios. O Fundo de Desenvolvimento Regional começa em 2029, com valor de R\$ 8 bilhões e chega a R\$ 40 bilhões em 2033, e será transferido para os Estados para que eles possam fazer a sua política de desenvolvimento regional. Ele poderá ser usado em investimentos em infraestrutura, fomento à atividade produtiva através de subvenções às empresas e estímulo à inovação, o que não pode ser usar para custeio dos próprios Estados.

Valor: A subvenção às empresas não é uma nova governança? Appy: Os Estados vão ter autonomia. O fato é que quem aplicar bens os recursos vai gerar mais emprego, mais renda e aumentar a chance de reeleição do governador. E tudo será feito de forma transparente, ao contrário do que ocorre hoje, porque não passa pelo Orçamento. A população poderá saber quem está se beneficiando e quanto custa cada emprego gerado por cada benefício.

Valor: Há outra preocupação dos Estados, que é o seguro-receita de desenvolvimento. Qual a posição do governo federal? Appy: Tem um ponto que é muito importante: vocês entenderem: o que temos posição fundamental é o tamanho do aporte da União nos fundos, porque isso tem um custo fiscal. Outras questões, podemos dar nossa opinião, mas a decisão final é do reator, ouvindo os Estados, os municípios. Temos opinião técnica, apreciamos as vantagens e desvantagens, e o relator toma sua decisão. O seguro-receita é uma questão interna aos Estados e municípios.

Valor: Isso poderia diminuir o prazo de transição federal? Appy: É ponto que está em discussão. Na proposta colocada, o seguro-receita é distribuído para os Estados e municípios seguindo o mesmo critério. Na proposta dos Estados, eles separam uma parte para os Estados e outra para os municípios. Tem que entender o impacto disso e mostrar para os parlamentares para que eles possam tomar sua decisão.

Valor: Sabemos que a alíquota não será definida agora, mas há economistas com recio de que as exceções definidas agora farão com que a alíquota fique perto de 30%.

Appy: A alíquota vai ser aquela que manter a carga tributária atual. Depende de vários fatores. Depende de qual será a arrecadação do Imposto Seletivo. De qual será a arrecadação do diferencial de alíquotas para combustíveis fósseis e biocombustíveis, que certamente vai existir, porque a Constituição manda fazer essa diferenciação. Vai depender da regulamentação dos regimes específicos e de como a reforma vai afetar o que a gente chama de compliance gap, que é um indicador técnico de nível de evasão e sonegação. Nossa expectativa é que a reforma reduza o "compliance gap", mas não fundo todas essas variáveis acabaram afetando a alíquota. Agora, posso lhe contar que nas nossas contas, em hipótese nenhuma, chega a 30%. Depende do desenho geral, do "compliance gap", mas tem cenários em que não fica longe dos 25%, não.

Valor: Mas longe quanto? Appy: Tem cenários em que fica perto de 25%. Precisa avaliar esse conjunto de fatores que vai influenciar a alíquota básica.

Valor: Isso não vai constar ainda da lei complementar? Appy: A lei complementar vai definir como serão os regimes específicos, inclusive de combustíveis, que é relevante. A partir daí, com base na lei complementar, o TCU [Tribunal de Contas da União] vai fazer a conta de qual deve ser a alíquota de equilíbrio e o Senado vai adotá-la a partir desses cálculos. A ideia é já ter o sistema rodando no modo piloto em qual precisará ser a alíquota antes, mas só conseguiremos rodar esse teste depois que todos os parâmetros estiverem definidos na lei complementar. Supondo que se aprove a lei complementar em 2024, começa a ser cobrada em 2026 um alíquota de 1%. Mas até antes de 2026 terá a possibilidade de rodar alguns pilotos e ter noção razoável da alíquota.

Valor: Como está a pressão agora para novas exceções? Appy: Já entra a política. A política tem que ser tecnicamente informada de que as exceções têm custo que será repassado para o resto da sociedade.

Valor: O setor de serviços tem reclamando muito. Como você pretende dobrar essa resistência? Appy: No fundo, é dobrar a resistência via bom senso. Essa generalização do setor de serviços é claramente distorcida. Tem uma parcela muito grande de serviços que será beneficiada pela reforma: os prestadores de serviços no meio da cadeia. São os que prestam serviços para outras empresas. Hoje eles não dão crédito e

vão passar a gerar crédito; não ganham crédito em cima dos seus insumos e vão passar a receber. Nesses casos, o custo líquido para o tomador de serviço se reduzirá em relação ao que é hoje. A China, em 2012, fez exatamente isso: tinha tributo menor sobre serviço e a entrada do IVA teve efeito claramente positivo para as empresas de serviços, visto não no meio da cadeia. Uma empresa que presta 80% do seu serviço para outras empresas e 20% para o consumidor final, precisa ter tratamento diferenciado? Não, ela vai ser favorecida em 80% das suas vendas.

Valor: Mas e para as empresas que prestam serviço ao consumidor final e não no meio da cadeia?

Appy: Em muitos casos, não se justifica a diferenciação. Alguém de automóveis hoje não paga ICMS e ISS, mas faria sentido alíquota de automóveis pagar imposto menor do que a venda de automóveis? Não. E aqueles setores importantes do ponto de vista social, como saúde, educação e transporte público, já estão com alíquota reduzida no texto da PEC. O ideal é que tenha o mínimo possível de exceções e elas sejam justificadas do ponto de vista social ou ambiental.

Valor: O Executivo pretende propor redução no item da cesta básica na PEC à cesta básica do PIS/Colfins. Tem essa discussão [sobre salmão] e, de novo, tem que avaliar os prós e contras das alternativas. Falar: "você desonerar o coxão duro, mas não o filé mignon". Mas quem vai lá controlar se é o mesmo coxão duro e não filé mignon? Tem questões que na prática são mais complicadas.

Valor: O senhor prometeu numa audiência pública em março que divulgaria a conta por setor, para mostrar que os impactos estavam sendo divulgados de forma incorreta. Cadê esses números?

Appy: O sistema atual é tão complexo que é impossível ter uma estimativa perfeita do custo atual por produto e por setor. Temos algumas. Mas, de repente, eu abro o número e vai lá [algum questionador] "não, essa estimativa não é ideal do ponto de vista metodológico". Então temos estimativas que consideramos e sabemos o grau de confiabilidade. Temos bons parâmetros, que colocamos para os parlamentares.

Valor: Mas para os setores não é bom colocar também?

Appy: Vamos ver, vamos ver, vamos olhar [isso].

“Fundamental é o tamanho do aporte da União nos fundos, por causa do custo fiscal”

“A decisão vai ser política, mas a demanda de um setor tem custo para os demais”